



Significação: revista de cultura
audiovisual

E-ISSN: 2316-7114

significacao@usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

Pinto, Julio

Da atualidade do pensamento de Peirce

Significação: revista de cultura audiovisual, vol. 42, núm. 43, enero-junio, 2015, pp. 183-
193

Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=609765820011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Da atualidade do pensamento de Peirce

*On the contemporariness
of Peirce's thought*

Julio Pinto¹

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC Minas. E-mail: juliopinto@pucminas.br

Resumo: O presente trabalho propõe a visitação de alguns conceitos de C. S. Peirce à luz de recentes avanços em neurociência, tais como evidenciados em pesquisa em curso sobre audiodescrição de materiais audiovisuais para não-videntes.

Palavras-chave: semiótica, audiodescrição, neurociência.

Abstract: This paper proposes to revisit some of C. S. Peirce's concepts in the light of recent advances in neuroscience, such as made evident by the author's current research on the audiodescription of audiovisual materials for the visually impaired.

Keywords: semiotics, audiodescription, neuroscience.

É comum ouvir-se que a grande contribuição de Peirce aos conhecimentos sobre o signo está centrada na noção de *interpretante*. Conquanto seja absolutamente válida tal afirmação, seu real alcance ainda está por ser visualizado. A proposta aqui é a de demonstrar, não apenas a vitalidade do conceito em si, que, de resto, já está amplamente estabelecido, mas sua corroboração em achados mais recentes na pesquisa em neurociência.

Sabe-se que, pelo menos até o início do século XVI, com o português Pedro da Fonseca, o pensamento sobre os fenômenos significativos baseava-se, sobretudo, na discussão de Agostinho, com sua famosa máxima *aliquid stat pro aliquo* ('algo que está no lugar de algo'). Nota-se, nessa máxima reguladora, que se pensava o signo especialmente no seu estatuto de realidade (*ens reale*) e o sujeito estava excluído da equação, na medida em que o ser da razão (*ens rationis*) era responsável pelas afecções mentais, na época distintas do caráter representativo do signo, presente apenas no mundo sensível. Foi *circa* 1530 que Pedro da Fonseca introduz um conceito na relação de representação que, mesmo que de forma indireta, prenunciava a presença do sujeito. Ao demonstrar que a relação do signo com seu objeto (*signum/signatum*) não tinha uma causalidade intrínseca e necessária, mas se devia a uma causação formal e extrínseca, Fonseca anunciou que a relação entre relato e correlato se devia a algo fora dela, a saber, uma decisão mental daquele que se relacionava com o signo ².

Séculos depois, ao defender o conceito ampliado de mente – perdoem-me por esta incursão demasiado perfunctória nesse tão importante aspecto da teoria peirceana – Peirce coloca o sujeito no proscênio, na medida em que sua visada era distintamente fenomênica. E mais, coloca o conteúdo da interpretação como parte integrante e inseparável da própria noção de representação.

É nesse contexto que se situa a pesquisa que vem sendo desenvolvida com respeito a materiais audiovisuais para uso dos deficientes visuais. É prática corrente – já que determinada por injunções legais – a oferta de linhas de áudio dedicadas ao uso por públicos com dificuldade de visão. Entretanto, isso vem sendo feito de maneira empírica e, como não podia deixar de ser, centrada na experiência de quem vê. Portanto, a audiodescrição, que vem sendo praticada atualmente, diz aos cegos aquilo que nós vemos. Por outro lado, algo me diz que a percepção deles deveria ser deles. Isso talvez mereça um raciocínio um pouco mais alongado, naturalmente com o grande risco de ensinar o vigário a rezar o Padre Nosso.

Mesmo que a palavra *tradução* (do latim *transducere*, levar para além) traduza literalmente o grego *metáfora* (levar para além, transferir), nas línguas

² Isso está no seu *Institutionum Dialectarum Libri Octo*, de 1534, texto-comentário sobre Aristóteles.

modernas criou-se uma espécie de feudo semântico para cada um desses vocábulos. Cabe à tradução o significado de transposição racional, transporte de um lugar para outro, com as consequentes ideias de fidelidade (transportar um objeto de um lugar a outro é pegá-lo em um lugar em certas condições e deixá-lo em outro lugar nas mesmas condições). O tradutor seria, portanto, um motorista de caminhão que pega a carga em uma cidade e a transporta intacta para outra localidade. Dessa maneira, para a metáfora sobrou algo parecido com conotação, imagem, descrição alternativa, isto é, certa coloração que sabe a eufemismo e que é, muitas vezes, recebida com um levantar de sobranceiras em alguns quartéis positivistas, mesmo que, para setores mais artísticos, a metáfora seja vista como um tanto mais nobre que a tradução exatamente por essas razões.

É possível, contudo, pensar-se esse processo de transporte de outras maneiras. Um modo que parece proveitoso é o semiótico. Pode-se partir do conceito algo híbrido do signo como algo que transporta ou comunica significações (cf. o termo *sign-vehicle*, veículo sígnico, proposto por Charles Morris em 1938) e, ao mesmo tempo, algo que motiva a produção de sentido. A rigor, na medida em que um signo é tradicionalmente caracterizado como algo que representa / manifesta / reapresenta / faz surgir / refere-se a / coloca-se no lugar de outro algo (seu objeto) em algum aspecto e produz em um sujeito / se traduz para um sujeito em outro algo no mesmo aspecto, torna-se quase inevitável concluir que produzir signos é traduzir / metaforizar ³.

Em outros termos, se o signo é tradução-metáfora (isto é, ele pode incorporar as duas percepções do que seria esse processo duplo de referência e de criação de sentido), tem-se que é possível imaginar que tanto a tradução quanto a metáfora – e, a partir de agora, tratarei as duas palavras como sinônimas, sabendo, contudo, que não há sinonímia perfeita – são transportes que não deixam a mercadoria intacta. Só que, a rigor, não são nem transportes. São processos transformadores que transmutam A em B, e o B, apesar de lembrar A, é algo que acaba sendo inteiramente distinto de A. Há implicações importantes na caracterização da relação sígnica dada acima. Ao se sublinhar a expressão *em algum aspecto*, imediatamente se percebe que não são todos os aspectos do objeto que o signo vai manifestar e, por conseguinte, não serão todos os aspectos do signo que o interpretante vai interpretar. Isso quer dizer que toda tradução deve ser considerada, *ab initio*, como incompleta e, portanto, necessariamente infiel, se nos lembrarmos de que a fidelidade ou a completude semiótica pode ser caracterizada como uma perfeita correspondência entre o

³ Essa é uma paráfrase minha de uma das inúmeras caracterizações de signo e *representamen* encontráveis nos *Collected Papers* de Charles S. Peirce, 8 vols (1931-1958).

representante e o representado, i.e., *adequatio*.

Logo, temos, como primeira premissa, a de que a chamada tradução objetiva (isto é, centrada no objeto) é uma falácia aceita como verdade inquestionável nas práticas tradutórias.

Mas Peirce afirma que o pensar não é possível sem signos ⁴. E um dos argumentos por ele utilizados é o de que todo pensamento deve ser interpretado por outro. Isto é, se o pensar se dá em signos, ele é de natureza tradutória. Ora, a tradução não pode ser objetiva no sentido que aqui damos à palavra. Se é assim, o pensar talvez também não o seja, já que todo pensamento tem que ser interpretado por outro. Ser interpretado já significa não conter em si todo o sentido.

Os fenômenos que significam para uma mente significam ou a partir de uma presentidade, ou a partir de um conflito ou impacto, ou a partir de um hábito. A rigor, todas essas formas de experiência contribuem para a consciência de um fenômeno qualquer. O argumento aqui, contudo, é o de que, na verdade, uma fatia essencial da experiência está centrada no sensório, ou no sensível, que não está isolado e não é independente dos hábitos e dos confrontos. Trata-se de um conjunto complexo de signos reguladores, a que chamaremos argumento-dispositivo (aproveitando Foucault, Agamben, Deleuze), com ênfase numa forma de experiência vivencial a que Peirce denominou *firstness* e que traduzo como *primeireza*. Esse argumento-dispositivo vem tendo impacto observável (donde se infere ser ele dotado de certa magnitude) nos comportamentos e na experiência contemporâneos. Explico que o termo *argumento* é utilizado neste nosso contexto a partir de sua acepção semiótica. Refiro-me àquele tipo de signo complexo por seu interpretante, que contém em si pelo menos dois signos, um dos quais sempre interpreta o outro. O argumento, dentro da arquitetura conceitual desta semiótica, seria o degrau do topo da complexidade sgnica, isto é, ele engloba em si não só o poder de legislação dos símbolos, como a capacidade dêitica dos dicissignos e dos índices, além de conter a indefinição semântica e a associada carga sensorial analógica que se identificam nos remas e nos ícones.

Por causa dessa impressão ainda imprecisa e impressionista, vale fazermos uma breve incursão por alguns conceitos. Trata-se da noção de *primeireza*, a categoria da experiência da sensação não-pensada. É importante neste momento abordá-la a partir de algumas ideias sobre a imagem, os aromas, os sabores e o som, não exatamente de uma teoria da imagem lá fora, aquela imagem que vemos projetada, nem uma teoria das frequências de ondas sonoras, e muito menos uma teoria bioquímica que explique nossas sensações audionasopalatais, porque olhar para esses

4 CP 5.253: “[...] every thought must be interpreted in another, or that all thought is in signs.” Forma de citação tradicional em Peirce: CP = Collected Papers. O primeiro número (5) refere-se ao volume. O segundo número refere-se ao parágrafo. Tradução minha. As citações subsequentes seguirão o mesmo formato e serão feitas no próprio texto.

inputs sensoriais de biológica maneira é condenar essas importantes manifestações em nossas vidas a uma existência lógica fora de nós, enquanto o que me interessa mesmo é pensar como se dão essas coisas dentro de nós.

Diz Peirce quase tautologicamente que um ícone é um signo cuja qualidade representativa é uma primeira dele como primeiro, isto é, uma qualidade que ele tem como coisa que o torna apto a ser um signo. Dessa forma, qualquer coisa pode ser um substituto de qualquer outra coisa que se lhe assemelhe. Entretanto, existe um *caveat*: o conceito de substituição envolve propósito e, assim, uma terceira genuína. Se tudo é signo, conforme o postulado mais conhecido de todos, as sensações já vêm mediadas por signos. Assim, o que temos são sensações significadas, isto é, primeiros e não zeros. Primeiridade, como quer a pragmática, e não zeroidade, como parece querer Deleuze (2007).

Uma semelhança parece exigir menos de nós que um raciocínio que explore contrastes, já que basta um pequeno fundamento para que se produzam relações icônicas. Vêm-me à mente, de imediato, as sinestesias, já que o gosto do cheiro de algo, por exemplo, é uma relação icônica de substituição que, se não é puramente sensorial, pelo menos aparenta sê-lo. Com relação a esse estatuto de sensorialidade, Peirce diz o seguinte, mencionando um cego:

Um mero pré-sentimento pode ser um signo. Quando um cego diz que pensa que a cor escarlate deve ser algo parecido com o som de um trompete, ele percebeu bem essa obviedade e o som é certamente um pré-sentimento, mesmo que a cor não o seja. Algumas cores são chamadas de tristes, outras de alegres. O sentimento dos tons é ainda mais familiar, isto é, os tons são signos de qualidades viscerais de sensação. Mas o melhor exemplo é o dos odores, pois eles são signos de mais de uma maneira. É observação comum a de que os cheiros elicitam velhas memórias. Isso, acho, se deve ao fato, pelo menos em parte, seja pelo tipo de conexão que o nervo olfativo tem com o cérebro ou outra causa, de que os cheiros têm uma notável tendência a se pré-sentimentalizar, isto é, ocupar todo o campo da consciência, de modo que uma pessoa pode, ao menos momentaneamente, viver em um mundo composto apenas de odores. Na vacuidade desse mundo, não há nada a obstruir as sugestões da associação. Essa é uma forma pela qual os odores são particularmente capazes de agir como signos. Mas eles têm também a notável capacidade de trazer à mente qualidades mentais e espirituais. Isso pode ser um efeito da associação por semelhança, se subsumirmos debaixo desse termo todas as associações naturais de diferentes ideias. Eu certamente faria isso, pois não sei de que mais pode consistir a semelhança (PEIRCE, CP3.313).

É necessário discutir mais esta frase: *notável tendência a se pré-sentimentalizar*, isto é, ocupar todo o campo da consciência, de forma que a pessoa pode viver em um

mundo composto apenas de informações dos sentidos. A música certamente tem o poder de produzir essa sensação. Mas, e a essa altura já ficou claro, ela o faz a partir de um conjunto razoavelmente convencional (no mínimo, um elenco pré-definido de sons): de novo, terceiros comandando primeiros.

Peirce prossegue nessa discussão, desta vez nos CP 5.230 e 231 (as traduções são minhas):

230. Ninguém questiona que, quando uma criança ouve um som, ela pensa não nela mesma como ouvinte, mas no sino ou outro objeto como soante. O que acontece quando ela quer mover uma mesa? Ela pensa em si mesma como desejante de movê-la ou pensa na mesa como móvel? Que ela tem essa segunda perspectiva não há dúvida. A primeira opção continua sendo uma suposição arbitrária e sem fundamento até que a existência de uma autoconsciência intuitiva seja provada. Não há nenhuma boa razão para se pensar que a criança seja menos ignorante de sua condição peculiar do que um adulto raivoso que negue sua condição irada.

231. A criança, contudo, deve descobrir logo, por meio da observação, que as coisas móveis são de fato aptas a sofrer tal mudança após um contato com aquele corpo particularmente importante chamado Joãozinho. Tal consideração torna esse corpo ainda mais importante e central, já que estabelece uma conexão entre a aptidão de uma coisa para ser movida e a tendência nesse corpo a tocá-la antes de ela ser mudada (PEIRCE, CP 5.230, 5.231).

Em outras palavras, o que está na consciência é elicitado dentro a partir de uma relação com o fora. Nossa relação com aquilo que definimos como real tem base no nosso *pathos* e o nosso corpo, assim como o do Joãozinho no exemplo de Peirce, torna-se absolutamente central. Quando lembramos que as sensações têm a notável tendência a ocupar todo o campo da consciência, o corpo-sujeito de Merleau-Ponty (1999) vem imediatamente à mente ⁵.

Isso é particularmente verdadeiro quando se pensa em termos temporais, porque qualquer referência a qualquer tempo sai de nosso momento de fala: o presente é quando eu falo porque ele está em mim, ou eu nele. De qualquer forma, o presente é o real, porque eu o sinto. Daí podermos pensar que o real é visto em termos de sua presentidade: o real é o sensível. O passado é, de acordo com a teoria semiótica, aquilo que eu consigo observar ou, para ficar no campo visual, aquilo que eu enxergo. O presente é aquilo que me aparece e que vejo, menos que enxergo. Estou tendendo a achar que o passado só é observável porque se situa distante de mim, ele está no fora-de-mim. De fato, muitos de nós já falaram que estamos na era do visível. Ora, se o mundo contemporâneo se centra na visibilidade, talvez

⁵ Cf., em acréscimo, o conceito de *autopoiese*, já consagrado por Maturana e Varela (2010).

faça sentido pensar-se o real não como aquilo que se observa (falo de ciência ou de narração), mas como aquilo que se sente.

Com base inicial nessas premissas de uma fenomenologia semiótica sobre o visível e o escutável ⁶ como instâncias sensoriais dentro de uma presentidade, dois problemas empíricos de natureza complementar se colocam no campo das traduções intersemióticas de natureza mais setorizada, o da audiodescrição de produções audiovisuais e artísticas para deficientes visuais e o da tradução em Libras para os deficientes auditivos. O foco do presente trabalho é, contudo, apenas a audiodescrição.

Mencionei, há pouco, algo sobre o *modus operandi* da audiodescrição tal como vem sendo feita em decorrência de legislação recente que obriga a inclusão de materiais audiodescritos na veiculação de audiovisuais (primariamente cinema e televisão).

Obviamente baseadas na antiga noção de mímese essencialista e consequente dogma da fidelidade ao original, as ações de audiodescrição se centram na produção enfocada nas percepções videntes, isto é, dos produtores da audiodescrição, com base em pressuposições – certamente informadas por pré-concepções sobre o que é desejável traduzir e sobre a suposta fidelidade tradutória – não focadas no receptor, mas no emissor. Negligencia-se, com isso, todo um processo de subjetivação que está presente em qualquer interação comunicativa, já que a produção audiodescritiva ainda se centra no antigo paradigma informacional sistêmico e unidirecional da relação emissor-receptor. Quer dizer, quer-se que o cego veja o que veem os videntes. Por outro lado, dados preliminares das investigações em curso já demonstram uma não-coincidência entre o que se esperava como interpretação após uma sessão de audiodescrição de curtas-metragens e o que efetivamente se obtinha. Tratava-se de uma população mista de cegos congênitos e com deficiência adquirida que produzia respostas às vezes inesperadas por parte dos investigadores.

Com efeito, a pesquisa em neurociência reforça essa percepção. Lambert et al. (2004) relatam, em seu estudo com ressonância magnética, que a área visual primária é ativada em sujeitos cegos e tal ativação persiste durante a tarefa de produzir imagens mentais sem nenhum insumo sensorial a não ser instruções verbais. Chegaram, portanto, a conclusão semelhante às de Röder et al (2002), que declaram que há evidência de plasticidade neural e cerebral em casos de privação de sentidos. Seu experimento, também realizado com ressonância magnética, comprova a ativação do córtex visual em indivíduos cegos a partir de estimulação auditiva. Ao contrário, indivíduos videntes ativam as áreas corticais de

⁶ Tenho mais simpatia por *escutável* do que por *audível*.

linguagem a partir de estímulos verbais. Outro estudo feito em Israel (RAZ et al., 2005), demonstra que o córtex occipital de indivíduos humanos cegos é ativado durante tarefas de memória verbal. A ativação foi encontrada em regiões cerebrais correspondentes às áreas retinotópicas visuais de indivíduos videntes, inclusive no sulco calcarino (V1). Tal ativação não foi encontrada em indivíduos videntes que executaram as mesmas tarefas. Os mesmos sujeitos participaram, um ano depois, de outra avaliação por ressonância magnética para estudar a contribuição de elementos semânticos e da memória episódica à ativação occipital. Os sujeitos executaram uma tarefa envolvendo a memória episódica que requeria o reconhecimento de palavras que eram parte da bateria de testes do ano anterior. Os dados demonstram que a magnitude da ativação de V1 se correlaciona com o desempenho da memória tal como aferido pela ressonância magnética. Entre os cegos, as palavras mais lembradas coincidiam com maior ativação do córtex visual.

Mais conclusivo ainda foi o estudo recentemente publicado por pesquisadores do MIT (BEDNY et al., 2011). Esse estudo começa sua discussão a partir da tradicional localização dos centros de linguagem no córtex temporal e frontal esquerdo. Entretanto, cegos congênitos demonstram uma reorganização cerebral pela qual o córtex visual esquerdo se comporta de forma semelhante às clássicas áreas de linguagem, isto é, as regiões cerebrais que evoluíram para assumir as tarefas de visão podem também assumir tarefas de processamento de linguagem, demonstrando que as propriedades dos microcircuitos não são necessárias para uma região do cérebro se envolver em processamento de linguagem.

Em outras palavras, se para os videntes existe um zoneamento cortical para linguagem e para visão, nos cegos notou-se, curiosamente, um compartilhamento das zonas corticais de linguagem e de visão.

Tal plasticidade cerebral comprova que não há um vazio visual no caso dos que não vêem. Há algum tipo de ativação que busca paralelismos, ou, como se colocou nesses trabalhos, um compartilhamento das zonas corticais de linguagem e visão. Mas, certamente, os cegos não enxergam o que os videntes vêem. O seu imajar é próprio, já que as áreas cerebrais dedicadas ao processamento da visão podem facilmente assumir o processamento de outras linguagens. E, de novo, é bom lembrar o que nos disse o já quase bi-centenário Peirce, em texto já citado aqui, tirado dos CP 3.313

Um mero pré-sentimento pode ser um signo. Quando um cego diz que pensa que a cor escarlate deve ser algo parecido com o som de um trompete, ele percebeu bem essa obviedade e o som é certamente um pré-sentimento, mesmo que a cor não o seja. Algumas cores são

chamadas de tristes, outras de alegres. O sentimento dos tons é ainda mais familiar, isto é, os tons são signos de qualidades viscerais de sensação. (PEIRCE, CP.3.313)

Dai a proposta de apresentar aos cegos uma linguagem que seja mais capaz de propiciar a eles imagens-signos das quais eles produzam suas próprias imagens-interpretantes. O difícil do projeto é não oferecer nossos próprios interpretantes, porque, afinal, a inclusão social não significa fazer com que as pessoas pensem como nós, mas que sejam tão autônomas quanto nós mesmos achamos que somos, cada um à sua maneira. Afinal, como vimos, o real é o sensível, aquilo que se oferece à percepção.

Em conclusão, só lembro que este namoro da semiótica peirceana com a neurociência já vem acontecendo há algum tempo e vai se tornando, cada vez mais, não só a mera confirmação laboratorial dos acertos da teoria, o que, de *per si*, já é bastante para nossos arroubos autocongratulatórios, mas, e principalmente, um vasto e promissor campo de investigação multidisciplinar.

Referências bibliográficas

BEDNY, M.; PASCUAL-LEONE, A.; DODELL-FEDER, D.; FEDORENKO, E.; SAXE, R. (M.I.T.) “Language processing in the occipital cortex of congenitally blind adults”. *PNAS: Proceedings of the National Academy of Sciences*. March 15, 2011. v. 108 n. 11, p. 4429–4434.

DELEUZE, G. *A Imagem-tempo* (Cinema 2). São Paulo: Brasiliense, 2007.

FONSECA, P. *Institutionum diallectarum*, libri octo. (manuscrito), 1534.

LAMBERT, S.; SAMPAIO, E.; MAUSS, Y.; SCHEIBER, “C. Blindness and brain plasticity: contribution of mental imagery? An fMRI study”. *Cognitive Brain Research*, 20 (2004) 1– 11.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. 8. ed. São Paulo: Palas Athena, 2010.

MORRIS, C. *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. 8 vols. orgs. HARTSHORNE, C., WEISS, P. BURKS, A.W. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1958.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RAZ, N.; AMEDI, A.; ZOHARI, E. “Activation in Congenitally Blind Humans is Associated with Episodic Retrieval”. *Cerebral Cortex*. v. 1, September 2005; 15: 1459-1468.

RÖDER, B.; STOCK, O.; BIEN, S.; NEVILLE, H.; RÖSLER, F. “Speech processing activates visual cortex in congenitally blind humans”. *European Journal of Neuroscience*, 2002, Vol. 16, pp. 930- 936.

submetido em: 22 abr. 2015 | aprovado em: 28 maio 2015.